

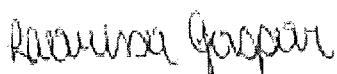
ATA DA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA HÍBRIDA DO SEGUNDO PERÍODO LEGISLATIVO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E UM DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA

Aos dois dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e um, às dez horas e um minuto, reuniu-se, na sede da Câmara Municipal de Fortaleza, em formato híbrido, nos termos da Resolução nº 1.664/2020, a Comissão de Direitos Humanos e Cidadania. Estiveram presentes os senhores Vereadores Emanuel Acrízio, Luís Sérgio, Adriana Nossa Cara, Larissa Gaspar e Tia Francisca, como membros, e os senhores Vereadores Luciano Girão, Márcio Martins, Gardel Rolim e Lúcio Bruno, como participantes. Participaram da reunião, outrossim, os secretários: sra. Laura Jucá, superintendente da AGEFIS, sr. Rodrigo Nogueira, da Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE), sr. Coronel Eduardo Holanda, da Secretaria Municipal de Segurança Cidadã (SESEC), sr. Júlio Santos, da Regional Centro, e sr. Cláudio Pinho, da Secretaria Municipal de Direitos Humanos (SDHDS), além do sr. Arnaldo Lemos, coordenador jurídico da Secretaria Municipal de Direitos Humanos. A presidente da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania, Vereadora Larissa Gaspar, abriu a segunda reunião ordinária híbrida do segundo período legislativo do ano de dois mil e vinte e um e agradeceu a presença dos secretários, bem como dos vereadores presentes, manifestou preocupação com a situação dos feirantes da Rua José Avelino e direcionou pergunta para o Coronel Holanda, questionando sobre a atualização acerca do disparo fatal que vitimou o sr. Nailson Abdenege de Sousa, feirante da Rua José Avelino. Com a palavra, o secretário saudou os participantes, demonstrou preocupação com a situação da Rua José Avelino, lamentou a ocorrência da morte do feirante, afirmou que a posição da SESEC é sempre pautada no diálogo e que a secretaria acompanha o caso, mas que as investigações estão sendo realizadas pela Polícia Civil. Em seguida, a presidente questionou a secretária Laura Jucá sobre o que tem sido pensado por parte da gestão municipal para resolver o problema da Rua José Avelino. Com a palavra, a secretária agradeceu o convite, saudou os participantes, afirmou que a AGEFIS trabalha todos os dias na Rua José Avelino, que tem o objetivo de ordenar os espaços públicos, bem como de garantir a incolumidade dos bens públicos, afirmou que, até o momento, as ações estão ocorrendo da mesma maneira que sempre ocorreram e que a gestão municipal determinou a realização de um levantamento de dados da situação e a criação de um comitê para discutir as diversas questões relacionadas à feira naquela localidade. A presidente então perguntou se já está sendo feita alguma organização, inclusive para evitar aglomerações, oportunidade em que a secretária respondeu que as medidas estão em fase de planejamento e que, de fato, a aglomeração de pessoas é uma realidade na Rua José Avelino. A presidente, na sequência, abriu para que os demais vereadores fizessem perguntas. A Vereadora Adriana Nossa Cara agradeceu a participação dos secretários e direcionou perguntas ao secretário Coronel Holanda, perguntando-lhe como se dá o uso de armamento letal pela Guarda Municipal, qual o protocolo de contenção de manifestações, se existe órgão de corregedoria com autonomia e se há normativa para a realização de justiça restaurativa por parte da Guarda. Passada a palavra ao Vereador Gardel Rolim, saudou os participantes, agradeceu a presença de todos e pediu maiores

esclarecimentos acerca das determinações do prefeito José Sarto para a criação do comitê e das investigações acerca da morte do feirante, bem como sobre o papel da Guarda diante dos fatos ocorridos na Rua José Avelino. Dada a palavra ao Vereador Márcio Martins, saudou os participantes, agradeceu a presença de todos, criticou a realização de um cadastro físico, afirmado que gera muitas filas, em detrimento de um cadastro feito pela *internet*, pediu informações sobre o procedimento adotado nas apreensões de mercadorias dos feirantes e o local para onde as mercadorias apreendidas são enviadas, afirmou que o Executivo municipal possui autonomia legal para regulamentação de feiras e espaços públicos e, por fim, lamentou a ausência da Autarquia Municipal de Trânsito (AMC) e da Empresa de Transporte Urbano de Fortaleza (Etufor). Dada a palavra ao Vereador Emanuel Acrízio, saudou os participantes, solidarizou-se com a família do feirante falecido, solicitou maiores informações acerca do cadastro dos feirantes realizado pela SDE, questionou se a AGEFIS garante a legalidade da saída de mercadorias do Município de Fortaleza para outros estados, manifestou preocupação com a arrecadação municipal decorrente da venda dessas mercadorias, questionou se o comitê tem se debruçado sobre esse tema e agradeceu a presença dos secretários. O Vereador Luciano Girão parabenizou a presidente pela articulação, agradeceu a presença dos secretários, se disse contemplado pelas perguntas realizadas pelos demais vereadores e fez um apelo para que o comitê trabalhe com a maior agilidade possível a fim de alcançar uma solução definitiva para o problema da Rua José Avelino. A presidente retomou a palavra para questionar quem preside o comitê. A Vereadora Adriana Nossa Cara pediu a palavra para questionar como está sendo administrada a demanda reprimida da oferta de box aos feirantes por parte da SDE. Dada a palavra ao Coronel Holanda, afirmou que a Guarda Municipal segue a doutrina do Controle de Distúrbios Civis (CDC), que é um protocolo internacional de atuação da segurança pública em situações de manifestação. Afirmou que, nessa atuação, há a proibição de uso de armamento letal, que o protocolo institucional determina o uso de armamento não letal, como balas de borracha, granadas de efeito moral e granadas de gás, que a Guarda possui armamento letal e que o efetivo da Guarda tem a possibilidade de obter o porte de armas se cumprir todos os requisitos legais, consistentes na maior carga horária de treinamento, com adicional de trezentas horas, no número mínimo de disparos para obtenção da autorização, além de avaliação periódica de 80 (oitenta) tiros a cada 2 (dois) anos. Em resposta ao Vereador Márcio Martins, esclareceu que o agente da Guarda pode portar a arma, porém não pode fazer uso dela em manifestações, que deve respeitar o protocolo do CDC, que o uso institucional de armamento letal pela Guarda Municipal é restrito às unidades específicas do Grupo de Operações Especiais (GOE) e aos agentes que atuam nas Células de Proteção Comunitária, conhecidas como Torres de Segurança. Declarou ainda que cada Regional possui células para cuidar da mediação de conflitos e que existe órgão de corregedoria da Guarda, apartado da estrutura hierárquica da Guarda Municipal, e que isso se dá por força de lei, que possui, além do órgão de corregedoria, uma ouvidoria com autonomia. Passada a palavra ao Secretário Rodrigo Cerqueira, ele agradeceu a presença dos Vereadores e o convite que lhe foi feito. Na sequência, esclareceu que o coordenador do comitê é o secretário Renato Lima, da Secretaria Municipal de Governo (SEGOV), ressaltou que os problemas enfrentados pela secretaria relativos à oferta de boxes têm a ver com o aumento do

desemprego no Brasil, que houve um salto do desemprego da ordem de 5% (cinco por cento), em 2015, para 15% (quinze por cento) em 2020. Afirmou que o cadastro tem por objetivo saber quem são as pessoas, de onde elas vêm, o nível de escolaridade, dentre outras questões, e que são importantes para atender melhor o público alvo, haja vista que para cada grupo pode haver uma solução diferente para os problemas. Afirmou que o local escolhido para realização do cadastro teve o objetivo de facilitar o acesso dos feirantes ao cadastramento, optando por um lugar próximo da feira. Defendeu o prazo de dez dias para a sua realização e esclareceu que o tempo foi estipulado com base em laudos técnicos. Afirmou que 23% (vinte e três por cento) dos feirantes são normalizados e que 55% (cinquenta e cinco por cento) dos não normalizados querem normalizar-se, que a secretaria visa formalizar os feirantes e que ajuda com a oferta de cursos para orientação e profissionalização dos trabalhadores, que a prorrogação do cadastro será analisada pela secretaria e que o objetivo é não deixar qualquer feirante de fora, solucionando os problemas com suporte nos dados. Dada a palavra ao secretário Júlio Santos, agradeceu o convite e colocou-se à disposição dos vereadores. O secretário Rodrigo Cerqueira retomou a palavra para complementar que o cadastro que está sendo feito será cruzado com outros dados já existentes a fim de filtrar os feirantes que não atuam na região. Passada a palavra à secretária Laura Jucá, declarou que a AGEFIS tem a preocupação de trabalhar sempre conforme a legislação em vigor e que a principal destinação das mercadorias apreendidas é a restituição aos autuados após a regularização, que, ultrapassado o prazo legal, os bens vão a leilão ou são distribuídos para instituições carentes credenciadas, que qualquer instituição que atenda às especificações pode cadastrar-se e que o edital é publicado no Diário Oficial do Município. Para tentar dimensionar o problema, informou que, na baixa estação, a feira recebe em média 80 (oitenta) ônibus e que, na alta estação, esse número pode dobrar. Por fim, agradeceu o espaço. Dada a palavra ao secretário Cláudio Pinho, esclareceu que a secretaria prestou auxílio à família do feirante falecido e que se reuniu com o Escritório de Direitos Humanos, oferecendo à família todo o apoio cabível. O Vereador Márcio Martins pediu a palavra para manifestar o interesse em visitar o local onde são armazenadas as mercadorias apreendidas e solicitou à secretaria da AGEFIS informação sobre a localização. Em resposta, a secretaria esclareceu que as mercadorias são armazenadas no galpão da AGEFIZ, localizado no Bairro Cajazeiras, que o edital é publicado no Diário Oficial do Município para que as organizações filantrópicas e sociais possam participar e receber as doações. Nada mais havendo a tratar, a senhora presidente levantou a presente reunião. A reunião foi levantada às onze horas e doze minutos.

Câmara Municipal de Fortaleza, 02 de setembro de 2021.



---

Presidente



Câmara Municipal de Fortaleza  
Coordenadoria das Comissões Técnicas

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

FOLHA DE FREQUÊNCIA BIÊNIO 2021/2022

REUNIÃO DO DIA / / .

MEMBRO EFETIVO	PARTIDO	ASSINATURA
LARISSA GASPAR <i>Presidente</i>	PT	
EMANUEL ACRIZIO <i>Vice-Presidente</i>	PP	
PRISCILA COSTA <i>Membro</i>	PSC	
ERIVALDO XAVIER <i>Membro</i>	PSC	
ADRIANA NOSSA CARA <i>Membro</i>	PSOL	
TIA FRANCISCA <i>Membro</i>	PL	
JOSÉ FREIRE* <i>Membro</i>	PSD	

MEMBRO SUBSTITUTO	PARTIDO	ASSINATURA

SUPLENTE EM EXERCÍCIO DE MANDATO	PARTIDO	ASSINATURA
LUIZ SÉRGIO* <i>Membro Suplente</i>	PSD	

Coordenadoria das Comissões Técnicas

Em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.